

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À FECUN-
DIDADE COMO UMA VERTENTE DO "ESTADO
PROVIDÊNCIA": A EXPECTATIVA DOS JOVENS A
FREQUENTAR O ENSINO UNIVERSITÁRIO

Alexandra A. Alexandre

Alexandra A. Alexandre, Mestrado em Gestão e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Licenciatura em Serviço Social, pelo Instituto Superior de Serviço Social – Universidade Lusíada. E-mail:alexandraalexandre@gmail.com

Introdução

A investigação realizada¹ pretendeu contribuir para o conhecimento das perspetivas dos jovens portugueses, a frequentarem o ensino universitário, face ao seu futuro, nomeadamente a respeito da sua capacidade de autonomia financeira e profissional após a conclusão da universidade e das suas perspetivas face à conjugalidade e à fecundidade. A motivação para elegermos os estudantes universitários como a população do nosso estudo, prende-se com o facto de serem eles os protagonistas da transição mais tardia para a vida adulta, mas também dos ideais de fecundidade mais ambiciosos, o que, na prática, se torna difícil de alcançar. Com efeito, os estudos realizados têm demonstrado que os jovens portugueses, de uma forma geral, valorizam o ideal dos dois filhos. (IFE,2001; APFN,2009) Contudo, sentem que as sociedades atuais não criam as condições necessárias para que as pessoas possam ter o número de filhos que desejam. (CUNHA, 2012)

Como é amplamente conhecido, o índice sintético de fecundidade (ISF), em Portugal, desde há três décadas que se situa abaixo do limiar necessário para a reposição das gerações, sendo que em 2010 foi de 1,4 filhos.

Se por um lado se torna inadiável uma reforma estrutural dos sistemas de proteção social e do velho Estado Providência, devido ao crescente desequilíbrio entre população ativa e inativa, por outro as projeções colocam alguma expectativa na retoma dos nascimentos. Este cenário de retoma de nascimentos, de acordo com o Eurostat tem subjacente que atualmente o índice de fecundidade que se situa em 1,5 filhos por mulher, a partir de 2015 teria um aumento para 1,6 filhos por mulher. Contudo, no caso português o que se tem vindo a verificar é o crescente défice de crianças e jovens.

A política e as decisões de Estado, de acordo com prioridades de agenda demográfica, passam para a esfera privada da família, interferindo ou podendo interferir através dessas mesmas políticas, em decisões que à partida estariam confinadas ao espaço familiar.

Atualmente o continente europeu enfrenta desafios demográficos novos, consubstanciados em alterações que se têm vindo a fazer sentir ao longo das últimas décadas. “Nas atuais sociedades europeias persistem fenómenos como sejam o desemprego e exclusão social, as dificuldades de assegurar um crescimento económico regular e um desenvolvimento integrado, o constrangimento fiscal dos cidadãos.” (MOZZICAFREDO,1994)

Fecundidade e políticas públicas em análise - Um Crescimento Demográfico Heterogéneo e Desafios Políticos

Na Europa, os diferentes Estados têm vindo a desenvolver uma intervenção naqueles que são designados por problemas sociais e económicos. O Estado intervencionista, tal como refere Carmo, foi apelidado de Estado Providência em França, e correspondia ao Estado Social existente na Alemanha e ao Estado de Bem-Estar desenvolvido no Reino Unido.

¹ Este artigo é um dos resultados da Tese de Dissertação de Mestrado intitulada “*A Perceção dos Jovens face às Políticas de Apoio à Fecundidade – Uma visão sustentada em jovens a frequentar o ensino universitário*”, concluída no ano de 2012 no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas do Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Em 1942, no período pós II Guerra Mundial, através do relatório Beveridge, são criadas, então, as bases do sistema de proteção social ainda hoje vigente em Inglaterra, designado por WelfareState. Este relatório é um marco fundamental, pois transforma a política assistencialista até então desenvolvida com base em políticas sem abrangência e coesão, tal como a definiu Rosanvallon, para passar a uma “política de nível nacional, efetiva e coerente de serviços sociais que englobam as diversas necessidades humanas”. (CARMO, 2011)

Beveridge veio advogar uma proteção social que saiu da vida privada para se tornar uma política pública. O relatório então elaborado, para além das medidas de segurança social, defendia que o Governo devia assegurar serviços de saúde com qualidade e gratuidade, criar condições para a reabilitação profissional e promover a manutenção do emprego, para além das preocupações com a natalidade e com a mortalidade, proteção à infância e à maternidade, situações de proteção no casamento, viuvez e morte, entre outras, o que constitui uma política muito abrangente não só ao nível da proteção oferecida, como também ao nível dos grupos populacionais abrangidos.

Carmo refere os quatro Princípios que se tornaram as bases da Segurança Social:

- Universalidade – no sentido em que as medidas se dirigiam a toda a população;
- Unicidade - uma única quotização atribuía proteção em todas as situações de privação de rendimento;
- Uniformidade – As prestações eram uniformes, independentemente do rendimento;
- Centralização – Sistema único de proteção social para todos ao nível da saúde e segurança social.

Ao conceito de Estado Social correspondia, por conseguinte uma filosofia ou ideologia política, pela qual se evidencia a coexistência dum padrão digno de vida com a liberdade individual caracterizada pela livre iniciativa. Pretendia ainda ser um regime verdadeiramente humano, equilibrado, humanista, que atribuía ao Estado a regulação, incentivo e fomento do mínimo necessário para que cada um tivesse uma existência digna, tendo em conta as conveniências da maioria e as exigências da economia em geral. (CAEIRO, 2008)

Será na década de 70 do séc. XX, com o surgimento de uma nova crise económica e social, que se começa a falar em crise do Estado Providência, que até então tinha vindo a assentar no pleno emprego numa proteção social de cariz praticamente universal e um esforço para assegurar um nível mínimo de vida aos cidadãos.

A crise dos anos 70 teve por base duas crises petrolíferas que resultaram numa alteração drástica da situação económica vivida à época. Por via da recessão aumentou a procura do Estado devido à crescente situação do desemprego, e paralelamente a diminuição das contribuições para o sistema de segurança social pois, para além da crise, começava a ser notório o envelhecimento populacional.

O Reino Unido, os Estados Unidos e a Alemanha adotaram doutrinas neoliberais, que consistiram na privatização de muitos serviços que até então eram da responsabilidade Estatal, devido ao que foi considerado como excesso de despesa e elevado grau de intervenção na sociedade. Assim, Margaret Thatcher no Reino Unido, Ronald Reagan nos EUA e Helmut Kohl na Alemanha propagaram o

Neoliberalismo, defendendo um Estado mínimo e o mercado livre, reconhecendo que esta seria a via para a resolução dos problemas gerados pelo capitalismo. Tal como refere Caeiro o Estado Providência também deixa de ser capaz de responder aos novos problemas económicos, entre eles, o aumento do desemprego, o aumento da inflação e o decréscimo do crescimento.

O cientista político americano O' Connor identifica o que viria a apelidar de crise fiscal do Estado Providência como a tendência de despesa do Estado para crescer mais do que o investimento, uma vez que as necessidades a que só o Estado tem que responder são crescentes e, por consequência, superiores aos próprios Orçamentos dos Estados.

Este facto torna-se relevante por considerarmos que à crise do Estado Providência terá que estar implícita uma reforma que se adequa aos desafios políticos emergentes da mesma, nomeadamente a alteração da estrutura demográfica na Europa, uma vez que este facto “tem efeitos diretos na despesa pública, aumentando a procura e, por consequência, a despesa em saúde, na intervenção social e no aumento das despesas com as pensões”. (CAEIRO, 2008) Uma das principais causas da crise é a demografia, mas os questionamentos sobre essas mudanças e as suas motivações relacionadas certamente com atitudes e valores só servirão para especular o fenómeno, não para o resolver. A antiga Primeira-ministra do Governo britânico cita Frits Bolkestein (na altura Comissário Europeu para o Mercado Interno e a Tributação), referindo que “a relação entre trabalhadores e pensionistas cairá, de quatro para um, para menos de dois para um, por volta de 2040”. (TATCHER, 2002)

A esse propósito, no Reino Unido, foram iniciadas medidas na década de 80 com base nos estudos prospetivos na área da demografia, que consistiram em terminar com a relação direta entre pensão de reforma e salário, passando a adotar-se as subidas em função do aumento dos preços, e existiu um incentivo aos planos pessoais de poupança, deixando o financiamento público de participar no esquema de pensões.

Em Portugal refira-se a introdução do fator de sustentabilidade na Lei de Bases da Segurança Social e em aplicação desde o ano de 2007².

No continente europeu constata-se que o desenvolvimento de políticas amigas da família não tem sido acarinhado por todos os Estados, não se tendo conseguido até ao momento uma uniformização de políticas públicas de família. Thevénon na sua análise a diversas políticas desenvolvidas nos países da OCDE verificou que o aumento das taxas de fertilidade registados em alguns países se relacionam diretamente com o aumento de políticas de apoio à família iniciado anteriormente nos respetivos países. Verificou ainda que Portugal, relativamente ao seu PIB, ainda possui um montante relativamente baixo de transferências para estas políticas. O investigador apresenta três tipos de instrumentos de políticas de apoio à família: licenças parentais, prestações pecuniárias e os serviços de apoio à infância.

²No seu artigo 64.º, pode ler-se: “1 - Ao montante da pensão estatutária, calculada nos termos legais, é aplicável um fator de sustentabilidade relacionado com a evolução da esperança média de vida, tendo em vista a adequação do sistema às modificações resultantes de alterações demográficas e económicas. O fator de sustentabilidade é definido pela relação entre a esperança média de vida verificada num determinado ano de referência e a esperança média de vida que se verificar no ano anterior ao do requerimento da pensão.”

Baixa fecundidade e políticas públicas: Portugal e Europa

A União Europeia enfrenta desafios decisivos na atualidade ao nível da inclusão e proteção social que podem comprometer a sua coesão futura: envelhecimento da população europeia, redução da dimensão dos agregados familiares, necessidade de recuperação das economias europeias e a existência de taxas de desemprego elevadas.

A promoção da renovação demográfica surge como uma das cinco principais áreas identificadas pela Comissão Europeia como crucial para a sustentabilidade demográfica e inversão do envelhecimento a longo prazo. O grande propósito é contribuir para que os jovens possam ter o número de filhos que desejam e possibilitar que as crianças cresçam em condições favoráveis ao seu desenvolvimento harmonioso. (COM, 2006)

Na perspetiva de Magalhães a transição demográfica a que se assiste na Europa possui dois fatores subjacentes: níveis de fecundidade abaixo do limiar para a reposição das gerações, o que implica uma redução do número de crianças e jovens, com consequência de um envelhecimento pela base da pirâmide etária, tal como, o aumento da longevidade da população, que se traduz no aumento da população com 65 e mais anos, correspondendo a um envelhecimento demográfico.

Como diz Cunha, a “procriação já não é uma inevitabilidade da vida a dois, mas uma opção do casal” (CUNHA, 2005), mas trata-se de uma opção que tende para o ideal dos dois filhos, como confirmam unanimemente diferentes estudos europeus. Ora verificando-se que os casais mantêm o ideal dos dois filhos, o que fará com que os mesmos casais se situem, em média, em 1,59 filhos por mulher no contexto Europeu?

Não obstante ser verificável que a adoção de medidas políticas que os cidadãos considerem favoráveis à constituição da família desejada impulsionam, ainda que ligeiramente, a fecundidade, certos autores, como Rosa, consideram que embora não negando esse efeito, os dados de diversos países da Europa serão desanimadores porque não existir expectativa de um regresso à situação em que os casais tinham uma descendência numerosa, ou que se venha a ultrapassar o patamar mínimo de 2,1 filhos por mulher. Rosa chega a associar que tal regresso constituiria um retrocesso social, na medida em que “são os progressos sociais e económicos que explicam em larga medida o sucedido, através da escolarização, da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a maior capacidade técnica de controlar os nascimentos, a urbanização, a terciarização da economia, a perda do valor económico da criança associada ao reforço do papel do Estado Social, entre outros”. (ROSA, 2012)

No entanto, permite-nos pensar que o ideal é que os casais possam ter o número de filhos que desejam, e é isso que não está a acontecer, não tanto que se apologize um regresso às famílias numerosas, mas que se obtenham níveis de fecundidade próximos da renovação das gerações, pois, no que ao nosso país se refere, os estudos realizados constataam que as pessoas em média desejam ter 2 filhos. Contudo, os níveis de fecundidade em Portugal situavam-se em 1,36 filhos em 2010.

Em síntese

Existe um contexto europeu e nacional de baixa fecundidade que poderá conduzir à alteração da generalidade dos sistemas de proteção social vigentes, nomeadamente do sistema de segurança social português.

Por outro lado, verifica-se que quando as políticas adotadas pelos Estados são políticas denominadas como amigas da família, as mesmas se traduzem-se num aumento dos níveis de fecundidade. Nesse sentido, poder-se-á supor que se as famílias não realizam este ideal é porque não sentem condições ambientais e sociais para tal. Nos Estados que desenvolvem uma aposta continuada em políticas favoráveis à natalidade, sem que os pais sintam que essa opção vai constituir um sacrifício para as suas vidas privadas e profissionais, tem-se verificado níveis mais elevados de fecundidade.

As Políticas de Família em Portugal

A evolução do Estado Providência em Portugal durante o século XX ocorreu em três etapas, segundo Pereirinha e Carolo:

1ª - a previdência social é instituída no ano de 1935 e as diversas reformas e ajustamentos ocorridos durante o período do Estado Novo, os quais resultaram “na cobertura de riscos sociais clássicos (principalmente a substituição de rendimento em caso de velhice, invalidez e sobrevivência) numa lógica de seguro social e de solidariedade intra-profissional, de base corporativa de garantia de benefícios sociais associados ao mundo do trabalho.”

2ª - após a Revolução de 25 de Abril de 1974 assiste-se a uma consolidação dos direitos de cidadania com repercussões nos direitos sociais, o que se veio a traduzir num aumento das despesas sociais públicas.

3ª - com a adesão de Portugal à CEE/UE em Janeiro de 1986, o Estado-Providência português entra numa fase de europeização, passando a política social a ser orientada de acordo com os instrumentos de intervenção e coordenação das políticas europeias, com vista à harmonização das mesmas nos diferentes Estados Membros.

O Estado Português pauta a sua atuação de acordo com o emanado da Constituição da República Portuguesa (CRP), a qual, sendo a principal lei do país, consagra os direitos fundamentais de todos os portugueses.

No nº 2, do artigo 67º da CRP encontra-se definido que incumbe ao Estado a proteção da família e o nº 1, do artigo 68º, contempla que os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos.

Como refere Rosa, a Lei de Bases da Segurança Social, aprovada no ano de 1984, vem materializar o preconizado pela Constituição da República Portuguesa no que refere à incumbência do Estado em “organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social”, sistema este baseado na solidariedade intergeracional (artº 14º), uma vez que são as gerações no ativo que garantem as reformas daqueles que se encontram na reforma, no sentido em que quando estas gerações atingirem elas próprias a idade de reforma, aqueles que forem os ativos também irão contribuir para as suas próprias reformas. (ROSA, 2012)

Esta solidariedade é baseada no pressuposto de que existe um equilíbrio entre o número dos que se encontram no ativo e aqueles que já passaram à idade de reforma, no entanto, este pressuposto começa a ficar comprometido em Portugal na década de

80, do séc. XX, com o envelhecimento demográfico da sociedade portuguesa, dada a não renovação das gerações.

De acordo com Wall, “o termo “políticas de família” refere-se, genericamente, às ações governamentais dirigidas às famílias, isto é, a tudo o que os governos fazem para regular e apoiar a vida familiar. Trata-se da legislação, das resoluções, dos subsídios e dos programas delineados e concebidos para atingir determinados objetivos para os indivíduos nos seus papéis familiares, ou para o núcleo familiar no seu conjunto. As políticas de família podem ser mais ou menos explícitas. Podemos considerar que são “implícitas” quando as ações governamentais são concebidas no interior de outras políticas públicas (por exemplo, no interior de políticas de habitação ou de proteção social) e, sobretudo, quando não se pretende atingir objetivos específicos para a família. Considera-se que são explícitas quando, por um lado, propõem de forma deliberada certos objetivos específicos para a família (por exemplo: proteger a paternidade, aumentar a redistribuição vertical, promover a natalidade, proteger certo tipo de família mais vulnerável à pobreza) e, por outro lado, quando se procura institucionalizar a política de família, ou seja, sempre que se procura criar, no interior dos poderes políticos, organismos ou instituições responsáveis por esta problemática (uma Direção-Geral, uma Secretaria de Estado, uma agência). Por último, é importante não esquecer que a ação do Estado neste domínio tem três principais instrumentos à sua disposição: o apoio económico, através dos subsídios e da política fiscal; a regulação jurídica em diversos domínios (relações conjugais, divórcio, relações pais-filhos, conciliação entre vida profissional e vida familiar, adoção, contraceção e aborto, sucessão e transmissão de património, violência doméstica), e o apoio em serviços e equipamentos, como creches, infantários, centros de dia e lares.” (WALL, 2004)

Será de referir que a Lei de Bases da Família foi apresentada pela 1ª vez como projeto de lei no ano de 1982, sendo então a família definida como: “a instituição social básica, constituindo o quadro natural de geração e desenvolvimento da vida humana e da convivência e o meio privilegiado de realização pessoal e de integração na sociedade” (DR II série A Nº.32/X/1 2005.07.07) contudo esta Lei nunca foi debatida na Assembleia da República, tendo sido rejeitada aquando da votação na generalidade, não obstante ser a base de diversas opções a favor da família. (NEVES, 1996). Verifica-se que foram apresentadas 15 iniciativas sobre o assunto entre a II e a X legislaturas.

Mendes coloca a questão que muitos de nós fazem: “o Estado deve ou não ter um papel ativo, através de políticas públicas, na alteração da decisão de fecundidade dos casais e dos indivíduos?!” (MENDES, 2012). Generalizou-se a noção fundada no Estado Providência que o Estado, efetivamente, tem um dever para com os seus cidadãos e em especial com as famílias e, que no caso destas, a sua fecundidade se relaciona com os maiores ou menores apoios sentidos para esta decisão. Contudo, atualmente, assiste-se não só a uma redução do número de filhos, como a um adiamento dessa decisão, muito centrada no ideal dos dois filhos. Surge então novo questionamento de Mendes: caso as políticas públicas adotadas a curto prazo fossem amigas da família conseguiríamos repor os níveis de fecundidade? Num estudo recente foi percebido que as políticas no sentido do aumento do rendimento médio das famílias na decisão do primeiro para o segundo filho não tem um impacto

significativo, contudo, quando se trata de decidir pelo terceiro filho esta medida é crucial, e apenas um aumento significativo do rendimento tem implicação direta na tomada de atitude. Pressupõe-se de novo que um ambiente amigo da família torna-se decisivo para a tomada de decisão dos casais.

A família está sempre presente no discurso político mas é sugerido que as políticas desenvolvidas não são vigorosas, nem prolongadas no tempo, e que algumas não chegam sequer a ser implementadas ou são de baixa implementação, como seja o caso mais recente do Governo atual, o XIX Governo, sobre a necessidade de um Visto Familiar para cada medida que tenha impacto nas famílias, ou a Conta Poupança-Futuro do XVIII Governo Constitucional.

Mudanças na Transição para a vida adulta

Assistimos a diferentes mudanças na vida dos jovens pelo prolongamento que esta fase da vida tem atualmente. Os desejos de independência e de uma vida autónoma contrastam com um percurso escolar longo, sobretudo no caso dos jovens universitários, o qual por si próprio deixou de ser um garante para a tão desejada emancipação. A casa dos pais é atualmente um ponto de partida e de estabilidade, até que se considerem reunidas as condições para uma mudança para residência autónoma, mas também passou a ser vulgar que a casa dos pais se torne em pontos de chegada devido à precariedade socioprofissional vivida, que por vezes ocasiona esse retorno.

Esta precariedade inviabiliza projetos. “Esta impossibilidade prospetiva resulta, muitas vezes, de um olhar reflexivo sobre a realidade, isto é, na problematização da viabilidade desse exercício num contexto cada vez mais marcado pela incerteza.” (ALVES et al., 2011)

As sociedades industriais habituaram-nos a um conjunto de etapas integrantes da nossa vida em que após o período formativo, seguia-se a integração profissional, previsivelmente na área de formação, e com esta a autonomia parental e financeira, proporcionando a aquisição de uma habitação e a constituição de família própria, com descendência assegurada. Este legado fordista tinha como princípio que o indivíduo passava de cidadão beneficiário a cidadão contribuinte e posteriormente, de novo a cidadão beneficiário. Contudo, atualmente, esta ordenação sequencial e previsível da vida não ocorre desta forma, “conferindo uma crescente imprevisibilidade ao processo de transição para a vida adulta”. (ALVES et al., 2011)

Aboim menciona que “É sem dúvida, entre as camadas mais jovens da população que estas mudanças, muito aceleradas nos últimos dez anos, possuem mais notoriedade, apontando para novas formas, mais tardias e desinstitucionalizadas, de iniciar e viver a vida familiar. (...) as novas formas de entrar na conjugalidade – ainda uma condição de grande importância para a conquista da dita independência face à casa paterna – e na parentalidade revelam tendências claras e irrevogáveis de transformação nos modelos familiares”. (ABOIM, 2011)

A transição dos jovens para a vida adulta, ao realizar-se tardiamente, e perante uma dependência económica face aos seus progenitores/educadores que se prolonga, veio tornar possível e aceitável a antecipação de comportamentos que noutras épocas só eram admissíveis em idades mais maduras e com situações de autonomia, como o viver em casal ou ter práticas sexuais. (SARACENO, 2003)

Jovens Universitários e o contexto sociopolítico presente: o futuro em perspetiva

Os emigrantes portugueses da década de 60 eram pessoas jovens mas menos qualificadas, sem conhecimentos da língua, nem do país para onde emigravam, com uma forte ligação a Portugal, onde mantinham o seu investimento afetivo e familiar, o que se traduzia no envio regular de remessas para o nosso país.

Atualmente os jovens que vão para fora fazem-no em condições consideravelmente distintas: dominam a língua estrangeira, nomeadamente o inglês, são qualificados e com um elevado nível de facilidade de integração. A crescer fazem-no geralmente numa fase da vida em que não possuem vínculos conjugais, e por isso anterior à constituição de família, sendo que a probabilidade desses laços se virem a estabelecer no país de acolhimento é muito forte, o que diminuirá em grande medida as probabilidades destes jovens regressarem a Portugal, bem como, de que façam remessas e investimentos no nosso país.

Nesta perspetiva, o desemprego dos jovens de hoje tem que ser observado com muita preocupação e acuidade, sob pena de o nosso país perder os jovens e com eles a sua capacidade de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI).

O cenário que enquadra os jovens da atualidade associa-os em movimentações de forte significado político e social, às quais a juventude portuguesa não ficou indiferente, sobretudo, e de forma determinante, no ano de 2011. “A característica dominante que os une (...) é a mobilização e a manifestação de massas com vista à denúncia e ao protesto contra as grandes dificuldades que neste momento afetam uma parcela muito significativa dos jovens por todo o globo”. (ALVES et al.,2011)

Concretamente em Portugal estas manifestações concretizaram-se com a manifestação pública ocorrida a 12 de março de 2011, por via do repto espontâneo lançado nas redes sociais por um grupo de quatro amigos para o Protesto da Geração à Rasca, e que teve a adesão de todo o país. A 15 de Abril de 2011 os quatro mentores comunicam a criação de um coletivo informal, sob o nome “Movimento 12 de Março – M12M”, tendo sido adotado como hino do movimento o tema musical “Que parva que sou”.³

Os protagonistas deste movimento foram “os jovens trabalhadores licenciados”, pois o seu enquadramento profissional pouco se relaciona com a sua formação académica, a relação contratual é instável e as expectativas iniciais são frustradas por este conjunto de situações que os impedem de planear outras etapas do curso de vida (PINTO et al., 2010) como sejam a autonomização financeira, a vida independente dos pais em termos habitacionais, a constituição do seu próprio agregado familiar e da sua própria descendência.

Em síntese

Os jovens portugueses possuem características tardias de emancipação quanto à saída de casa dos pais semelhantes aos países do sul da Europa, porque tanto cultural como

³ “O tema musical identifica diversos problemas sentidos e vividos pelas gerações mais jovens em Portugal e um pouco por todo o mundo: as circunstâncias económicas que dificultam a integração laboral e a substituem, por vezes, por uma sucessão de estágios não remunerados (...); a impossibilidade de autonomização pessoal pela permanência em casa dos pais e o sucessivo adiamento da geração de filhos; a constatação do conformismo das vítimas com esta situação que já dura há tempo de mais, constituindo um verdadeiro incitamento à revolta” (Alves et al, 2011:2)

socialmente não são criadas as condições necessárias a essa autonomização. Quanto ao emprego refira-se que os jovens universitários portugueses, comparativamente a outros jovens da Europa, são os mais afetados pelo desemprego de longa duração.

A juventude portuguesa da atualidade tem dinamizado e integrado movimentos de protesto, fazendo ouvir a sua voz. A falta de ocupação profissional e a insatisfação pessoal têm sido responsáveis pelo desejo de procura de emprego noutros Estados, sendo que esta saída destes jovens compromete ainda mais a renovação das gerações no nosso país, bem como a capacidade de investigação e inovação, fundamentais para a competitividade da nossa economia. Importa que as políticas públicas observem o fenómeno com a acuidade que se impõe.

As expectativas dos Jovens a frequentar o ensino universitário – aspetos metodológicos e resultados

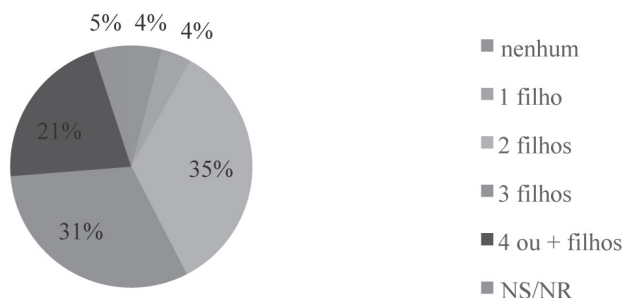
Quais são os projetos dos jovens em relação à vida familiar e à parentalidade? Como perspetivam o seu futuro próximo? Em que medida consideram que as políticas públicas podem facilitar o processo de transição para a vida adulta? Em que medida o facto de os jovens não pensarem vir a ter o número de filhos que desejam depende das políticas públicas passadas, presentes e “futuras”.

A fim de podermos dar resposta a este conjunto de questões realizámos uma investigação através de um e-Inquérito construído com base nos objetivos que se pretendiam atingir com o seu desenvolvimento, constituído sobretudo por questões fechadas, incluindo escalas de Likert de concordância.

O Inquérito foi composto por 50 questões, e foi estruturado em seis partes: Caracterização Pessoal, Caracterização da Família de Origem e da Família Atual, Opinião sobre conjugalidade e ter filhos, Políticas Públicas de Apoio à Família, Opções Religiosas e Políticas, Perspetivas profissionais a curto/médio prazo.

Filhos desejados

Filhos que gostaria de ter



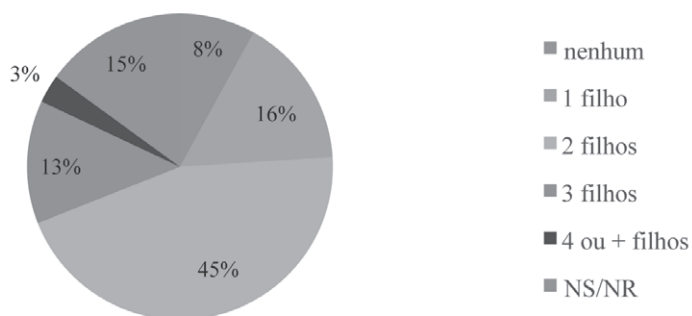
Caso vivessem numa sociedade em que fosse possível assumir essa vontade sem constrangimentos de qualquer espécie (ideal abstrato), apenas 4% referiram que não idealizam ter filhos. Dos estudantes que referiram um número de filhos desejados (onde se incluem os já nascidos) a opção pelos 2 filhos é declarada por 36%, seguida de 33% que mencionam a opção de 3 filhos, “sendo que o ideal abstrato oscila entre dois e três filhos” na sociedade portuguesa e 13% que referem que gostariam de ter 4 filhos. Existem 2% dos alunos que referem não saber quantos filhos desejam e 2% que nunca pensaram no assunto.

Os estudantes que desejam ter filhos indicam, em média, um ideal de 2,83 filhos. Contudo, se acrescentarmos os que referiram que não desejam ter filhos, temos uma média de 2,65, o que é em muito superior ao Índice Sintético de Fecundidade (ISF) da sociedade portuguesa, valor que não permite a renovação das gerações.

Será igualmente interessante destacar que, no Inquérito à Fecundidade e Família (IFF, 2001), os respondentes referiram em média o desejo de 2,1 filhos em todos os grupos etários, pelo que se conclui que os jovens da nossa amostra, tal como os indivíduos com habilitações superiores em geral, possuem ideais de descendência mais numerosos, uma vez que o IFF foi aplicado a diferentes grupos de indivíduos e, por conseguinte, detentores de diferentes níveis escolares.

Em relação a homens e mulheres verifica-se que as mulheres se concentram no ideal dos dois filhos, e dispersam mais o seu desejo por fratrias mais alargadas, e os homens estão mais concentrados no ideal dos três filhos.

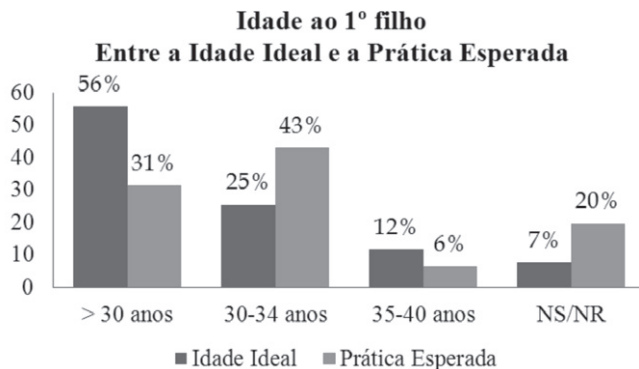
Filhos esperados



Perante a pergunta sobre o número de filhos que efetivamente estes jovens pensam vir a ter, verifica-se que os valores diminuem drasticamente. Os que consideram não vir a ter filhos passam de 11 a 23 (10%), e passamos a observar o modelo de 2 filhos, tanto para homens como para mulheres, o que corresponde a uma média de 1,57 filhos. Estes dados fazem transparecer que existe uma elevada discrepância entre os desejos de parentalidade e aquelas que se consideram ser as possibilidades para efetivar esse mesmo desejo. Paralelamente verifica-se que quando os respondentes pensam em termos concretos, as fratrias julgadas possíveis não ultrapassam os 5 filhos, e quando estão a responder ao nível de ideal existem referências até 10 filhos.

Destaca-se a diferença entre o que é idealizado socialmente e o que é perspectivado em termos pessoais.

Idade ao nascimento dos filhos: ideal e esperada



Verificamos que a idade desejada para ter o primeiro/próximo filho são os 28 anos, seguida dos 30 anos. No entanto em termos concreto também se verifica de novo um desfasamento entre o ideal e a prática, passando os 30 anos a ser indicados em 24% das respostas, tanto para homens como mulheres.

Ter ou não ter filhos: importância, motivos

De um conjunto de afirmações que variavam entre a importância que os filhos podem ter e as dificuldades que podem acarretar constatámos que a afirmação que revela um elevado grau de concordância para ambos os sexos é a que aponta para o sentido de responsabilidade/maturidade (90,3% e 91,8%). No género feminino tem peso considerar que ter filhos implica grandes custos, sobretudo quando crescem, ocupando 93,2% de concordância das inquiridas e 88,7% dentro do sexo masculino. Pode-se ainda constatar que ser feliz, não tendo filhos, é a resposta que tem um menor grau de concordância para ambos os sexos.

Opinião sobre conjugalidade e ter filhos	
RAZÕES PARA TER FILHOS:	
Aumenta o sentido de responsabilidade e maturidade	(92% M e 90% H)
Maior fonte de alegria na vida	(79% M e 58% H)
Diminui hipóteses de solidão na velhice	(63% M e 71% H)
Dá sentido à vida de casal	(54% M e 58% H)
Fortalece a relação do casal	(46% M e 57% H)

Pretendemos ainda aferir a importância atribuída pelos respondentes, por sexo, relativamente àquelas que eles entendiam como mais determinantes para o facto de os casais atuais possuírem menos filhos.

Opinião sobre conjugalidade e ter filhos
RAZÕES PARA NÃO TER FILHOS:
Dependência económica (97% - M /89% - H)
Implica grandes custos (93% - M/89% - H)
Encargos com a educação (96% - M/87% - H)
Precaridade das situações profissionais (94% - M/87% - H)
Dificuldade conciliação trabalho/família (80%M/70% H)
Educar um filho traz problemas e preocupações (54% M/58% H)
Ter filhos implica menos tempo para coisas importantes da vida (54% M/58% H)

Conclui-se que homens e mulheres estão de acordo que a generalização do trabalho feminino, o desejo de independência e promoção pessoal, o receio do futuro, o facto de homens e mulheres terem filhos cada vez mais tarde, as exigências da vida profissional e a dependência económica são os motivos que podem determinar a quebra da fecundidade.

Paralelamente, são mais as mulheres que evocam como fatores marcantes o prolongamento dos estudos, os insuficientes apoios do Estado, a dificuldade em possuírem casa própria, a contraceção, o permitir uma maior qualidade de vida, os encargos com a educação e a infertilidade.

Os homens referem mais a falta de apoios familiares, ainda que com pouca diferença das mulheres, qua a sociedade é melhor para menos filhos e que homens e mulheres não querem ter tantos filhos.

As variáveis relativas a que uma família menor seja melhor para os filhos, e a que associa o menor número de nascimentos a preocupações com excesso populacional e questões ambientais, não obteve grande concordância por parte dos respondentes.

Políticas Públicas de Apoio à Família

Solução de guarda das crianças pequenas

Passando à melhor solução para conciliação trabalho/filhos, aquela que revela ser a melhor para ambos os sexos será as crianças até aos 3 anos de idade contarem com a guarda dos avós ou outros familiares (que não os pais). Esta resposta atinge 37% de concordância. A ideia de as crianças ficarem à guarda de uma ama, revela ser a resposta onde igualmente, rapazes e raparigas concordam que será a pior solução, tendo sido referida por apenas 3% dos estudantes.

Será ainda de referir, que poucas são as regiões de Portugal que possuem um serviço de amas licenciado pelo Instituto de Segurança Social, pelo que a maioria das existentes não se encontram licenciadas, nomeadamente pela falta de legislação no setor e ainda pelas condições exigidas na habitação que se prestaria para o funcionamento da atividade. No que respeita à guarda institucional, a creche é a resposta considerada mais adequada, referida por 35% dos respondentes.

A opção de um dos pais deixar de trabalhar, optarem por teletrabalho ou por part-time não parece ser a solução que os respondentes idealizam, transparecendo que não pretendem abdicar da sua profissão em detrimento da guarda aos filhos, pretendendo confiar essa missão a familiares (avós ou outros) ou equipamentos educativos.

Políticas amigas das famílias que podem influenciar a fecundidade

Dos inquiridos, 56% referem desconhecer as medidas políticas de família adotadas pelos Governos da República. Verificamos, assim, que maioritariamente os inquiridos não conhecem medidas políticas que são adotadas pelos Governos de forma a tornar mais fácil as pessoas cuidarem e criarem os seus filhos, podendo inferir-se que as políticas de família assumidas pelo Governos têm sido tímidas, ao ponto de não serem reconhecidas pelos eventuais interessados, que até desconhecem a sua existência.

No entanto, das medidas que apresentámos como possíveis de implementar é de assinalar a elevada adesão às diferentes medidas em geral, isto é, os jovens estão em crer na importância do papel das políticas públicas para apoiar o cuidar e o criar os seus filhos. Em nenhuma questão as respostas a favor são abaixo dos 50%, o que podemos verificar que a maioria dos alunos defende que seria mais fácil educar os filhos, num ambiente em que estas medidas existissem. A resposta em que se verifica uma maior concordância, é em relação à educação, em que quase 97% do sexo feminino e 93% do sexo masculino defendem que se devia melhorar as condições e acessos a creches e jardins de infância públicos. Em contrário, a atribuição de uma pensão/subsídio a pais/mães que não se podem empregar porque querem cuidar dos filhos enquanto são pequenos, é a alínea em que há menor concordância tanto pelo sexo masculino (51,7%) como pelo feminino (60,4%).

Criar e cuidar dos filhos: que medidas de política?



Jovens e mercado de trabalho: que perspetivas

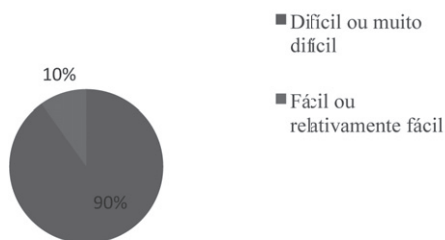
Relativamente aos rendimentos dos alunos respondentes verifica-se que na sua maioria são provenientes da mesada dos pais, ou de outros, o que corresponde a cerca de 45% das situações. Este dado confere com os resultados obtidos com o “Inquérito sobre os comportamentos e os valores económicos dos jovens” realizado pelo Observatório do endividamento dos Consumidores, e que teve por base as respostas obtidas pelos estudantes universitários a frequentarem as Universidades de Aveiro, Évora e a Universidade Nova de Lisboa, no qual foi igualmente observada a dependência económica dos jovens relativamente aos pais.

Os alunos que referem os rendimentos do trabalho são 26% (69) dos inquiridos, sendo que está contemplado neste item os que auferem subsídio de desemprego. Existem 18% (51) alunos que dependem da bolsa de estudos como a fonte do seu rendimento e 24 alunos que referem não possuir rendimentos fixos⁴.

Perante a pergunta se alguma vez já trabalhou refira-se que, na sua maioria, os estudantes já tiveram uma experiência de trabalho, situação vivida por 75% (211) dos inquiridos. Este sinal faz com que acreditemos que, a par dos estudos, os jovens vão desenvolvendo uma atividade remunerada, ainda que não seja efetiva.

Em relação às intenções de empregabilidade ou de continuação de formação académica após a conclusão deste ciclo de estudos 28% (80) dos respondentes pretendem arranjar rapidamente trabalho na sua área de formação, 22% (63) tencionam fazê-lo ainda que numa área que não corresponda à da sua formação e 28% (79) pensam prosseguir os estudos. Contudo, perante a pergunta sobre a facilidade com que consideram vir a encontrar emprego na sua área de formação, a expectativa de empregabilidade é baixa: 90% dos inquiridos consideram ser difícil ou muito difícil.

Jovens e mercado de trabalho: que perspetivas? *Facilidade em arranjar trabalho na área de formação após conclusão da formação universitária*



⁴ Em termos de idade e dependência financeira dos pais, a mesma é notória mesmo nos inquiridos mais velhos, não obstante estar mais expressa nas idades mais baixas. Assim, entre os 18 e os 24 anos registamos um total de 120 situações, 95 correspondentes ao sexo feminino e 29 correspondentes ao sexo masculino. Entre os 25 e os 29 anos regista-se um total de 7 casos, 4 situações relativas a alunas do sexo feminino e 3 correspondentes a alunos do sexo masculino.

Nota conclusiva

Quando questionados sobre políticas amigas das famílias em concreto, os jovens valorizam: a redução de impostos; o acesso a uma rede pública de equipamentos (rede essa que continua a não assegurar as coberturas regionais definidas pelas metas de Barcelona); a atribuição de subsídios/pensões para o exercício dos cuidados aos filhos; o aumento dos valores dos abonos (que neste momento encontram-se suspensos para grande parte das crianças); a criação de atividades de tempos livres; a adoção de maior flexibilidade nos horários de trabalho; a redução dos custos da habitação e o desenvolvimento de apoios para a autonomia residencial dos jovens; e o aumento das licenças de maternidade e paternidade.

Conclui-se, então, que uma ligeira retoma dos nascimentos poderá ser uma realidade caso os Estados optem por desenvolver uma intervenção integrada nesta matéria. Como foi referido no presente trabalho, outros Estados Europeus conseguiram trilhar esses caminhos e manter níveis de fecundidade mais elevados.

Importa lembrar que o trabalho de campo foi desenvolvido em 2012, em pleno contexto de crise económica, o que poderá estar refletido no pessimismo generalizado em relação ao futuro profissional e às baixas expectativas de realização dos ideais de fecundidade. Contudo, é de todo o interesse salientar que estes jovens acreditam na necessidade de um Estado Providência não obstante a nova questão social com origem nas mudanças demográficas, nas reconfigurações do emprego, nas alterações tecnológicas.

Em termos do nosso estudo os resultados obtidos apontam para um desejo de fecundidade e de família em que o Estado continua a dever ter um papel primordial. Aliás, sem a intervenção do Estado os jovens não consideram existir condições para concretizar os seus ideais de fecundidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, S. – “Jovens e Vida Familiar”. *Observatório Português da Juventude*. OPJ/ICS-UL (2011). [Consultado em 26 ago 2012]. Disponível na internet: <URL:http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6144
- ALVES, N. A.; CANTANTE, F.; BAPTISTA, I.; CARMO, R. M. - *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2011. 133 p ISBN: 978-989-853-604-4.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMILIAS NUMEROSAS - *Estudo Número de Filhos*. Netsonda, (2009) Consultado em 27 mar 2012. Disponível na internet: <URL http://www.apfn.com.pt/Relatorio_APFN_Numero_de_filhos.pdf
- CAEIRO, J. C. - *Políticas Públicas, Política Social e Estado Providência*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008. 255 p. ISBN978-989-640-014-9
- CARMO, H. - *Teoria da Política Social: Um Olhar da Ciência Política*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 2011. 250p. ISBN 978-989-646-074-7.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – “O futuro demográfico da Europa: transformar o desafio em oportunidade”. Bruxelas: COM 571 (2006). [Consultado em 02 fev 2012]. Disponível na internet:<URL: http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0571:FIN:PT:PDF
- CUNHA, V. - *O Lugar dos Filhos: Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. 392p ISBN 978-972-671-202-2.
- CUNHA, V. - “A Fecundidade das Famílias”. In WALL, K. *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. 464p. ISBN 972-671-161-4. 395
- CUNHA, V. – “As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade”. *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Casa Civil da Presidência da República, 2012. 91-110 p. Depósito Legal 352033/12.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Inquérito à Fecundidade e Família: Resultados Definitivos: 1997. Lisboa: INE, 2001, 424p. ISBN 972-673-470-3
- MAGALHÃES, M. G.; PEIXOTO, J. – “As Projeções Demográficas a Médio e Longo Prazo”. *Cadernos Sociedade e Trabalho*. Lisboa, 2006. Nº 6. ISBN 978-972-704-279-1. 3-24p.
- MENDES, Filomena – “Fecundidade e natalidade: Problemas e políticas sociais e de saúde”, *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Casa Civil da Presidência da República: 2012: 91-110 p. Depósito Legal 352033/12.
- MOZZICAFREDO, J. – *O Estado-Providência em transição. Sociologia – Problemas e Práticas*. Lisboa, vol.16, 1994, 11-40 p. ISSN 0873-6529.
- NEVES, E. – *Temas de Família*. Lisboa: Direção Geral da Família, 1996. s/ISBN.
- PEREIRINHA, J.; CAROLO, D. – “A Construção Do Estado-Providência em Portugal: Evolução da Despesa Social de 1935 a 2003”. Gabinete de História Económica e Social (2009). [Consultado em 5 fev 2012]. Disponível na internet: <URL :http://hdl.handle.net/10400.5/916
- PINTO, M; GOMES, M. – “Primeira reflexão sobre a fecundidade, as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade numa perspetiva regional”. *Revista Estudos Demográficos*, Lisboa: INE, 2010. Nº 48, 63-76p. ISSN 1645-5657.

- ROSA, M. J. – O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012. 96p. ISBN 978-989-842-447-1.
- SARACENO, C. – *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003, 408p. ISBN 978-972-331-906-4.
- TATCHER, M. – *A Arte de bem Governar*. Lisboa: Quetzal, 2002, 536p. ISBN 972-564-541-3.
- THÉVENON, Olivier – “Fecundidade e Desenvolvimento Económico nos Países da OCDE”. *Roteiros do Futuro – Conferência “Nascer em Portugal”*. Lisboa: Casa Civil da Presidência da República. 2012, 15-21p. Depósito Legal 352033/12.
- WALL, K. – “Políticas Familiares”. *Con(m)textos de sociologia*, Nº 3 (2004). [Consultado em 3 de maio de 2012]. Disponível na internet:URL:http://www.aps.pt/cms/docs_pvr/docs/DPR4628f7ea382e8_1.pdf.